



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 154

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PR/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 154

141ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 03

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto 06

Horário das Lideranças:

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch 09

Liderança do PT

Dep. Elton Welter 11

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 12

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 15

Discussão/Votação

Redação Final 15

2ª Discussão 17

1ª Discussão 18

Discussão Única (Proposições).. 19

Requerimentos 10

Encerramento da Sessão 20

DIÁRIO Nº 154

141ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 141ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

28 DE NOVEMBRO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Claudio

Romanelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Ribas Carli Filho, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (39).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Durval Amaral, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Mauro Moraes, Miltinho Pupio e Reni Pereira (12).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Edgar Bueno, Professor Luizão e a Sra. Deputada Rosane Ferreira (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Ofícios**

Sob os n^{os} CTL/CC 432, 433, 434, e 435/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei n^{os} 440, 074, 540, 609, 610, 611, 620, 627, 634, 635, 638, 591 e 535/07. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicação

INDICAÇÃO N^o 372/07

SÚMULA:

Propõe a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Manoel Borges de Macedo no município de Rio Branco do Sul.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação:

O Deputado Edson Luiz Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1 - A construção de uma quadra poliesportiva coberta no Colégio Estadual Manoel Borges de Macedo no município de Rio Branco do Sul;

JUSTIFICATIVA:

O colégio atende aproximadamente 1.300 alunos em três turnos. A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades na prática de esportes e nas aulas de Educação Física, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, como chuvas e excesso de sol, proporcionando a toda a comunidade escolar um ambiente protegido e seguro.

Sala das Sessões, em 28.11.07.

(a) EDSON STRAPASSON

Requerimentos

REQUERIMENTO N^o 3542

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n^o 728/07, item 09, por 03 (três Sessões).

Sala das Sessões, em 28.11.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO N^o 3543

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia da Proposição n^o 069/07, item 10.

Sala das Sessões, em 28.11.07.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N^o 3529

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, que seja realizada Audiência Pública sobre: Sistema Tributário, na data de 03 de dezembro de 2007, às 10h00, no plenarinho.

Sala das Sessões, em 28.11.07.

(a) NEY LEPREVOST

Apoiamento:

Ademar Traiano, Valdir Rossoni.

JUSTIFICATIVA:

Estaremos promovendo esta audiência pública, para debater a questão dos tributos e impostos no Brasil e no Paraná.

Com a participação de representantes de classe, da sociedade, empresários e advogados especialistas.

REQUERIMENTO N^o 3541

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Darci Slaviero, ocorrido nesta data.

Sala das Sessões, em 28.11.07.

(aa) PLAUTO MIRÓ

RIBAS CARLI FILHO

Apoiamento:

Nelson Justus.

REQUERIMENTO N^o 3545

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no dia de hoje, do Sr. Darci Slaviero, grande personalidade do nosso estado.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.11.07.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO N^o 3530

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de congratulações ao Sr. Ricardo Spinosa, fundador da emissora de rádio Paiquerê de Londrina, radialista e comunicador por excelência, merece as saudações dessa Casa de Leis pelos seus 50 anos de dedicação e trabalho à radiodifusão e à comunicação.

Sala das Sessões, em 28.11.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 3531

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Exmo. Sr. Prefeito, Ademir Costa Curta, à Exma. Sra. 1ª Dama, Sorita de Souza Costa Curta, ao Exmo. Sr. Secretário Municipal de Saúde, Alessandro Albini, em razão da adesão à Campanha Vamos Vestir o Paraná de Cor-de-Rosa, Dia de Combate ao Câncer de Mama, 27 de novembro.

Cabe salientar que referido município instituiu programa de saúde permanente, produzindo material de qualidade na prevenção do câncer.

A atuação da Secretaria Municipal de Saúde é louvável e merece o reconhecimento desta Casa.

Sala das Sessões, em 28.11.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº3538

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Padre José Messias Santos.

Sala das Sessões, em 28.11.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Padre José Messias Santos, por ocasião da comemoração dos 10 anos de vida sacerdotal.

Destacamos seus relevantes trabalhos prestados em prol da comunidade, em especial no município de Campina Grande do Sul, na Paróquia Nossa Senhora de Fátima, Seminário Diocesano e Reitoria Nossa Senhora da Saúde.

REQUERIMENTO Nº3539

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Presidente do Instituto de Engenharia do Paraná, Engenheiro Luiz Cláudio Mehl.

Sala das Sessões, em 28.11.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Presidente do Instituto de Engenharia do Paraná, Engenheiro Luiz Cláudio Mehl, pela sua atuante gestão frente a este respeitável instituto, que dignifica a classe dos engenheiros paranaenses, tão importantes para o desenvolvimento de nosso estado.

REQUERIMENTO Nº3540

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Delegado Chefe da Coordenação de Operações Especiais de Fronteiras da Polícia Federal, Dr. Wagner Mesquita.

Sala das Sessões, em 28.11.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Wagner Mesquita, Delegado responsável pelas investigações que já desbarataram a quadrilha de Fernandinho Beira-Mar, pela sua brilhante postura profissional e impecável conduta na busca da elucidação da verdade nos casos em que investiga, o Dr. Mesquita orgulha e dignifica a Polícia Federal brasileira.

REQUERIMENTO Nº3533

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de apoio ao Sr. Candido Neto, pelo programa Esporte Emoção, através do Presidente do Conselho Curador da TV Educativa de Ponta Grossa (FUNEPO), Sr. Calixto Abrão Miguel Ajus. Salientamos que o programa JB Urgente é de utilidade pública e grande relevância à população de Ponta Grossa.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser enviada a R. Augusto Ribas, 722 - Centro, CEP 84010-900 - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 28.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº3532

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Rogério Tizzot, solicitando obras de recuperação da Rodovia PR-522, no trecho de 30 (trinta) quilômetros que liga os municípios de Ivaí e Imbituva. Tal obra se faz necessária pela situação calamitosa e de má conservação em que se encontra tal rodovia.

Sala das Sessões, em 28.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº3534

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente a Exma. Sra. Secretária de Estado da Administração e da Previdência, Maria Marta Renner Weber Lunardon, solicitando os seguintes documentos e informações:

- Quantos aparelhos são utilizados pelo Governo do Estado?

- Houve processo licitatório para a contratação da empresa operadora? Em caso negativo, qual foi o utilizado para esta escolha?

- Qual é a empresa operadora dos aparelhos celulares pelo Governo do estado?

- Há limite de gastos para cada celular? Qual é este limite? Qual é a fórmula utilizada para se chegar a este limite?

- Quanto o Governo do estado gastou com contas de celular no ano de 2006 e em 2007 até o presente momento? Anexar cópia dos gastos.

Sala das Sessões, em 28.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº3535

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua, solicitando os seguintes documentos e informações:

- A prefeitura da cidade de Ipiranga instaurou procedimento administrativo em face do Sr. Moacir Arnaldo Scheffer. Diante disso, se faz necessário saber qual foi o procedimento adotado após a emissão, pela Receita Estadual, do Auto de Infração nº 6.491.989-0, contra o Sr. Moacir Arnaldo Scheffer? Anexar cópia do referido Auto de Infração.

Sala das Sessões, em 28.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº3536

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador José Antonio Vidal Coelho, solicitando os seguintes documentos e informações:

1. É possível o agente delegado para a atividade notarial e de registro ter seu domicílio diverso daquele onde exerce sua atividade?

2. Pode o agente delegado exercer sua atividade por interposta pessoa de forma constante e intermitente, ou seja, através do oficial substituto?

3. A gerência financeira e administrativa é de responsabilidade do titular ou do oficial substituto? Qual a penalidade para o titular que não exerce efetivamente a gerência financeira e administrativa da serventia?

4. Quanto tempo pode durar a licença para tratamento de saúde? Quem confirma a necessidade de tal licença? No caso desta se prorrogar indefinidamente, como fica o exercício da atividade?

Sala das Sessões, em 28.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº3544

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações do Instituto Ambiental do Paraná, de acordo com o que segue.

Tendo em vista a utilização de aparelho difusor de ondas ionizantes para desestabilização de nuvens, *cumulus nimbus* por produtores agrícolas nas regiões de Palmeira, São João do Triunfo, Lapa e Porto Amazonas, no estado do Paraná, e considerando que:

- Esse aparelho é utilizado em apenas uma pequena propriedade rural no município de Porto Amazonas, que faz tal uso da bomba é somente em caso de chuvas de granizo, e não para afastar qualquer tipo de chuva;

- Tais produtores que fazem uso dessa “bomba dissipadora de chuva” são considerável minoria, em detrimento de em aproximadamente centenas de agricultores da região;

- A tal bomba ocasiona catastróficos desequilíbrios ambientais, tanto por causar a ausência de chuvas num raio de aproximadamente 12 Km, além de provocar um ruído alto e desagradável mesmo em longa distância do ponto da explosão, no município de Porto Amazonas;

- Há ocasiões em que se chega a explodir tais bombas por 3 horas ininterruptas, provocando, além do afastamento da precipitação pluvial, ruídos perturbadores em toda a região;

- Esta utilização do indevida do aparelho estaria prejudicando centenas e centenas de produtores rurais, que sofrem com os efeitos da referida bomba, tanto por prejuízos financeiros em razão da ausência de chuva, quanto por distúrbio ao silêncio;

- Resta claro o potencial desequilíbrio ambiental causado pela bomba, além de prejuízos financeiros dos agricultores que dependem da chuva, e até mesmo a insalubridade ocasionada pelo alto barulho provocado.

À vista dos tais dados, requer-se as seguintes informações e providências do IAP:

I - A utilização do aparelho em questão, nas situações e localidades descritas, estão de acordo com as formalidades exigidas pelos órgãos de controle e fiscalização ambiental? É legal o uso de tal aparelho?

II - Há estudo de impacto ambiental ou relatório de impacto ambiental? Apresente.

III - Há efetivo desequilíbrio ambiental causado pelo aparelho?

IV - O IAP fiscaliza periodicamente o uso do aparelho nesta região (no caso de ser autorizado)? Apresente laudos.

V - Que o IAP providencie em caráter emergencial a regularização do uso da bomba.

Portanto, requer-se tais informações em prol de toda a população da referida região do estado, pois é evidente o dano ambiental causado pelas tais bombas dissipadoras de chuva.

Sala das Sessões, em 28.11.07.

(a) ELIO RUSCH

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Esta presidência anuncia a presença do Vereador Ronaldão, de Irati. Seja bem-vindo a esta Casa.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; membros da imprensa independente aqui presentes na Assembléia Legislativa.

Estava analisando as questões que envolvem a publicidade. Estou indo no arquivo de algumas informações que tenho e vi alguns pronunciamentos a respeito de gastos com publicidade.

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

V. Exa. falou na imprensa independente. V. Exa. poderia nominar os independentes? Para termos uma noção.

Muito obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

V. Exa. tem toda razão. Independente é a Gazeta do Povo. Todo dia tem propaganda na Rede Globo: Gazeta do Povo - O jornal independente. Só publica o que interessa. Quando é coisa que mexe com os Poderes eles não gostam.

Tem gente séria que publica de tudo. Às vezes, é uma coisa pequena e fazem uma novela. Tem meios de comunicação que, às vezes, não publica nada. Depende do dia, do redator-chefe, do repórter. Tudo tem dia. Quando se quer, se faz.

Está vendo aqui a questão de verbas de 1998. Em 1998 o ocupante do Palácio Iguaçu era aquela figura chamada Jaime Lerner. Tido por alguns como o Governador mais corrupto da história do Paraná, mas que não deu nada para ele até hoje. Ele vai até comemorar 70 anos de liberdade. Teve alguns Secretários seus que deixaram o "rabinho preso". E até hoje, vemos pelas manifestações, que até hoje está preso com alguns Poderes aí.

Outro dia falei aqui, pena que ninguém prestou atenção. Não interessa! Quando o Governador Jaime Lerner liberou uma rádio para Ponta Grossa, pagou uma rádio. Sabe o que é pagar uma rádio, Deputado Belinati? É ir lá em Ponta Grossa, comprar uma rádio e dizer: Tá, é tua. Presente, presente!

V. Exa. imagina, Deputado Antonio Belinati, ganhar uma rádio de presente lá em Londrina? Uma rádio AM? Lá em Ponta Grossa aconteceu isso. O Governo Jaime Lerner deu uma rádio de presente.

Para aqueles que não acompanharam, não fiscalizam, a rádio CBN de Curitiba, que é uma rádio muito forte, detém uma grande audiência e tem 50 mil watts na antena - se não me falha a memória - recebeu menos que a rádio CBN de Ponta Grossa, que é deste tamanho, 1000 watts, passou a Ponte do Tibagi já não pega mais e a audiência está em último lugar nas pesquisas. Aquela emissora recebeu dois chequinhos de 100 mil.

Gostaria que o atual Secretário Pissetti mostrasse isso. Ele leva bordoadas, de tudo quanto é lado, e não mostra algumas coisas que deveria mostrar, por exemplo: esses dois cheques de R\$ 100 mil, que serviram para comprar uma rádio. Deputado Welter, a rádio saiu mais barata ainda! Quem pagou foi o povo do Paraná e, até hoje, está pagando, pois aquele dinheiro era do BANESTADO, era o dinheiro que, hoje, o povo do Paraná paga R\$ 50 milhões por mês do saneamento do Banco do Estado.

Estou neste momento de disque-denúncias aqui. Estão chegando muitas coisas e estou com uma vontade de receber cada vez mais. Recebi uns documentos, agora, da propaganda de 1998. Eleições governamentais, Deputado Dobrandino. Olha, tem emissora que recebeu R\$ 10, 15, 20 mil no ano da eleição. Uma farra! Eu vejo muitos falando em farra de publicidade, hoje, que o atual Governo também fez. Mas, quando vejo esses números, notas fiscais, uma rádio sacando uma nota de R\$ 15, 20, 12, 10 mil todos meses, é um mensalão louco de bom, não é? É um baita mensalão! Esse é o mensalão oficializado. Todo mês 8, 10, 5, 12, 20, 15. Está aqui e vejo, de repente, algumas pessoas fazerem discurso que a publicidade não sei o quê, mas está aqui, os documentos estão comigo, aqui, mostrando algumas rádios que, exatamente no ano da eleição, receberam mais dinheiro.

Recebi esses documentos ontem. Estou lendo ainda. Estou analisando, mas é uma pérola, isso aqui, e eu não sabia que esse povo recebia todo esse dinheiro, como não sabia que alguns receberam perto de meio milhão de reais, o que é uma grana preta. Fico mais preocupado ainda quando sei, por exemplo, que uma rádio foi comprada com dinheiro público. Deputado Belinati, que bom se pudéssemos ganhar uma rádio que caísse assim do céu, não é? Já pensou se lá em Londrina o senhor recebesse uma rádio de presente? Que espetáculo da natureza, não é? Uma rádio: dois cheques de R\$ 100 mil! Tem cópia dos cheques de R\$ 100 mil. Por que o Pissetti não mostra isso? Esse Pissetti parece que não é gaúcho! Não reage! Mostra os cheques e mostra outras coisas também. Chega a um ponto que tem que começar a mostrar as coisas, não é?

Estava vendo, aqui, outro detalhe. Vejo, hoje, o Promotor de Ponta Grossa que vai processar o Requião por improbidade administrativa pela morte de pessoas e descobri que, por exemplo, lá em Ponta Grossa, temos 6 leitos de UTI neonatal e fiquei curioso, porque não tinha prestado atenção nisso. Tem 6 leitos neonatais. Quem pagou os leitos foi o Governo do Estado, deu equipamento e banca a manutenção. Chama-me a atenção que o hospital pode internar pessoas particulares da neonatal.

Quando uma criança pobre precisa de um leito não tem, porque um particular está usando. De quem é a culpa pela falta daquele leito? Continua sendo do estado? Ou é do hospital? Ou de quem? O hospital vende também o leito neonatal, Deputado Péricles, para particular. Temos um exemplo claro lá de uma criança que ficou 22 dias em um leito de UTI, pago pelo convênio.

Estou pedindo agora ao Secretário - esse governo é desorganizado e deveria buscar essas informações - se naqueles 22 dias faltou UTI para alguma criancinha? Porque o Promotor diz aqui que faltou. Então, o Governo tem que se ater a esse dado. É muito fácil colocar a culpa em alguém. Nesse dia, quantas pessoas estavam sem leito de UTI? Quem tem plano de saúde consegue leito de UTI até em Ponta Grossa. Outros podem ter planos de saúde em Curitiba, podem fazer discurso lá, mas tem o plano de saúde aqui. Isso é normal, perfeitamente normal ter um plano de saúde e fazer discurso, que é para ser feito mesmo.

Essa é uma reflexão que gostaria de fazer hoje em relação a essa questão de UTI, que vou começar pedir informações e agora estou pedindo para checar esses números. Eram 6 leitos neonatais, se foi usado para particular e se faltou para as pessoas do SUS, quem é o responsável? É o estado ou o hospital que internou? Tem preferência o leito para o particular ou por quem tem plano ou deve se respeitar à pessoa mais simples? Não. Essa é uma coisa a se discutir. Esse é um destaque muito importante que precisamos discutir e acho de fundamental importância tratarmos aqui, Deputado Romanelli.

Esse Governo deveria ser organizado, parar de arrumar confusão e buscar os dados. Se há 6 leitos neonatais e falta para os pobres, porque os ricos usam, pode usar, acho que pode, é um direito que lhes cabe. A responsabilidade, quando morrer um pobre, é de quem? É só do Governo ou do rico que utilizou também? Deputado Dobrandino, ninguém faz essa conta, 3 mais 3 é seis. Tem 6 que são do SUS, mas de repente o hospital que está lá usa 3 do SUS para os convênios e não tem para o SUS, falta. Alguém morre e a culpa é de quem? Quem é o responsável pelo Estado? Esse é um dado importante que eu gostaria de deixar registrado, aqui, que vou pedir informações para saber mais detalhes a respeito desse caso, que acho de fundamental importância.

Outro assunto que gostaria de pedir a aprovação dos companheiros, hoje, aqui, vamos votar durante os requerimentos um pedido de informação ao Tribunal de Justiça, que estamos pedindo ao eminente Desembargador, Dr. Vidal, informações a respeito dos cartórios. Está uma situação preocupante, tenho recebido telefonemas constantes de outras pessoas. Acho que deveríamos constituir uma CPI para investigar o que está acontecendo com esses cartórios no Paraná. Teve gente que morreu e se colocou alguém. Diz que tem um monte de parentes em cartórios no Paraná, muitos parentes de pessoas. Não foi o Ministério Público que determinou que a Assembléia mandasse embora os parentes dos Deputados?

Parece-me que a Assembléia cumpriu. Então, não é também de os outros Poderes cumprirem essa questão de cartórios favorecendo parentes?

Hoje vamos votar aqui, e durante o momento em que vai acontecer a votação não vou poder encaminhar, porque acabou caindo a Sessão ontem por falta de quórum, e não houve condições de encaminhar essa matéria, então já estou encaminhando agora, até porque é um direito de cada Deputado fazer os encaminhamentos na hora certa. E, como hoje não há condições de encaminhar, encaminho no sentido de que os Deputados analisem essa questão de apenas um pedido de informação, que não mata ninguém. Falar, pedir informação, não faz mal para ninguém e é um direito desta Casa, daqueles Deputados que realmente querem saber as informações a respeito de qualquer Poder. Qualquer Poder deve ser ouvido e o Parlamento deve fazer isso.

Finalmente, até porque hoje vou encerrar mais cedo, queria cumprimentar aqui uma pessoa que gostei do que ela fez ontem. Em todos os Poderes tem gente boa, ruim, malandro, ladrão. O Jaime Lerner estava cheio de maracutaia, mas ele vai completar 70 anos agora e será por adesão os convites. Todos estão convidados, 70 anos, para comemorar os 50 milhões que o Paraná paga todo mês. Todos estão convidados para o jantar, por adesão, todos aqueles que gostam do Jaime Lerner, inclusive aqueles que fizeram parte de algumas corrupções do Governo Jaime Lerner. São companheiros, amigos, sempre tem uns.

Queria cumprimentar aqui a nossa Dra. Maria Tereza, que ontem fez uma coisa que poucos têm coragem de fazer. Ela foi à “escolinha”, ontem. Pedi a fita que quero guardar essa cena. Queria ver a cara daquele povo quando a Dra. Maria Tereza foi lá na “escolinha” e falou: “Dá licença, quero falar”. E foi corajosa. Mas, que espetáculo ela fez. “Dá licença Governador, quero falar”. E foi corajosa. Se fosse um homem realmente teria cumprido aquela máxima: honrou as calças. Mas, que espetáculo ela fez. “Dá licença Governador, quero falar, me permite?” Ele disse: “Sim, a senhora pode falar”. Ela subiu e disse o seguinte: “Eu sou a Rainha de Copas, Governador. Posso dizer que o senhor, Governador, é um Alice nos Países das Maravilhas”. Essa cena vai para a história do Paraná. Daí ele falou umas besteiras sobre a vida dela. Cada um faz o que quer da sua vida particular. Ela se defendeu, o Governador fez umas gracinhas e ela continuou com a seriedade. Maria Tereza defendeu o Ministério Público dos recentes ataques do Requião. Veja o que ela disse: “O salário dos Procuradores segue o mesmo plano salarial que o do Poder Judiciário”. Olhem aqui, senhores, Maria Tereza disse ao Requião: “O salário dos Procuradores segue o mesmo plano salarial que o do Poder Judiciário e os salários desses membros do Ministério Público são acima da média nacional, da mesma maneira que os do Governador, dos funcionários do Legislativo”. Requião recebe o teto salarial do funcionalismo público, que é um salário equivalente a de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, R\$ 24.5 milhões.

A Procuradora lembrou ainda que todos os salários do Ministério Público passam pela aprovação da Assembléia, passam por aqui. Não é, nós que aprovamos. É inteligente essa promotora. E ela disse mais: que a questão do nepotismo é uma posição de toda a classe, nacionalmente. Segundo ela, a atitude nepotista adotada por Requião intensifica a desigualdade e a injustiça social. Falou na tampa lá. Que mulher, hein? ela falou na tampa do Requião, na “escolinha” do Requião, sem cortes, sem edições, ela foi lá e disse: “Olha, Governador, esse nepotismo seu tá faz mal para a questão social do país. Uns ganham demais, outros ganham pouco” ela disse lá. E falou mais, teve um puxa-saco do Requião que quis contestá-la e daí o Requião, usando um pouco da sua lucidez que de ano aparece, ele mandou se calar lá um daqueles que estão em DAS-5, DAS-10, deixar a Promotora falar e a Promotora falou exatamente o que muita gente gostaria de falar. Corajosa ela,

Não tenho muita ligação com o Ministério Público, mas o que fez a Dra. Maria Tereza, é de cumprimentá-la. Teve a coragem de ir lá - estou aqui, vou defender, vim defender, defendeu, falou. Eu gostei que ela falou: “Se eu sou a Rainha de Copas, posso dizer, Sr. Governador, que o senhor é uma Alice no País das Maravilhas”. Que mulher corajosa hein? Palmas para a Dra. Maria Tereza. Parabéns por ter tido a coragem, porque tem muita gente que não tem coragem e a falta de coragem às vezes transforma homens em covardes infelizmente- ou porque têm alguma coisa presa, devendo para alguém, e tem medo de falar o que é verdade, ou foge da verdade.

Então, essa Promotora, com todos os defeitos que possa ter, teve a coragem de ir lá e dizer: “Olha, se eu sou a Rainha, V. Exa. é a Alice no País das Maravilhas!” Parabéns a essa Promotora. Olha, está de parabéns. Ela foi lá na casa do adversário, todo mundo carregando, 300 pessoas carregando o Governador, ela foi lá e falou. Eu não tinha muita simpatia por essa Promotora, mas agora eu senti que ela é uma pessoa corajosa, pelo menos.

Para finalizar, Srs. Deputados, quero cumprimentar o pessoal que está aqui, o Tadeu Veneri, esta questão do pessoal da hanseníase que está aqui, não estou atento ao projeto, a senhora estava me explicando ali, mas o Tadeu é sempre um lutador pelas causas do nosso povo, está mais par, e quero dizer que estarei junto com vocês, porque acho importante se dar valor às pessoas que têm necessidade especial e pessoas especiais devem ser respeitadas e não cortar o direito que estas pessoas têm.

Por isto, estarei me colocando ao lado dessas pessoas no sentido de apoiá-las, para que elas possam ter o seu direito livre de discutir esta questão que os envolve.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado, eu estava acompanhando o seu pronunciamento, inclusive do meu gabinete, e o senhor falou a respeito de uma emissora de rádio que foi praticamente doada no Governo Jaime Lerner. Que emissora é essa?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Falei, a CBN.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)

A Rádio CBN. Queria perguntar: na época o senhor era Deputado, o senhor tentou investigar, tentou pedir uma CPI, uma CEI? O senhor fez algum requerimento naquela época para que isso nunca mais se repetisse?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. esquece que eu era Prefeito de Ponta Grossa, que eu não estava aqui no Parlamento.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)

É que o senhor poderia ter voltado e apresentado os requerimentos ou pedido uma CPI, porque isso é uma acusação extremamente grave e ficamos sabendo somente agora. Quer dizer que a rádio CBN de Ponta Grossa foi praticamente doada pelo Governo Jaime Lerner?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Foi doada e teve mais emissoras que receberam dinheiro em Ponta Grossa.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)

Quais outras emissoras foram praticamente doadas?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Tem mais emissoras, é só pegar os números aí, V. Exa. tem acesso, está com os documentos aí, é só investigar que vai saber.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)

É importante verificarmos isso, não podemos deixar passar em branco, Deputado! o senhor voltou como Deputado, o senhor teria que pedir também auditoria, investigações, mas agradeço o aparte, Deputado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sugiro a V. Exa. que olhasse os Anais, fiz vários comentários a respeito desse caso, do cheque que foi pago, a doação dessa rádio durante o Governo Lerner. Foi uma farra do boi durante o Governo Lerner.

Se V. Exa., Deputado Marcelo Rangel, reclama hoje do atual Governo, a farra do Lerner foi muito pior! Em 1998 teve rádio que recebia 10, 12 mil por mês, era muito dinheiro naquela época. Se pegar aquele dinheiro, e botar os juros de hoje, daria uma boa grana. Teve muita rádio que recebeu, muitas emissoras recebiam a grana do estado.

Enfim, ao encerrar queria dizer aos Srs. Deputados que essa questão de publicidade é muito importante fiscalizar, ver quem está por trás, qual o meio de comunicação que divulga, que não divulga, quanto recebeu, quanto não recebeu. Isso está à disposição. Essa rádio foi doada, alguém doou, essa é a melhor doação que poderia se ter e me parece, Deputado Rangel, que não

foi só em Ponta Grossa, teve mais rádios por aí! Foi a farra da comunicação social em que alguns foram privilegiados e outros pouco receberam. É só acreditarem que precisamos fazer uma CPI dos cartórios, que votem no meu requerimento, caso contrário, na segunda-feira vou pedir uma CPI dos Cartórios do estado do Paraná. Está na hora de vermos quem são os donos dos cartórios do estado do Paraná. Agora, tem que assinar esse negócio aí quem tiver coragem!

Obrigado!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário das Lideranças, com a palavra Democratas, Deputado Elio Rusch.

Liderança do Partido Democratas Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Dizer para os senhores que eu não estive na Sessão de ontem, aqui na Casa, porque participava de uma reunião da Comissão de Agricultura e da Frente Parlamentar da Agricultura, no Congresso Nacional.

Aconteceu no dia de ontem, no Auditório Nereu Ramos, no Congresso Nacional, um seminário intitulado Direito de Propriedade e Desenvolvimento Econômico. Para os senhores terem uma idéia do nível, os palestrantes falaram sobre: Agronegócio e a Questão Fundiária, o ex-Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli; sobre Critérios para a Criação de Unidades Nacionais de Conservação, falou o ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Ilmar Galvão; sobre Faixas de Fronteira, falou o Dr. Luiz Alfeu Moojen Ramos, Jurista nesta área; sobre a Legislação e Questão Indígena, falou o Dr. Loreno Weisheimer, Procurador do Estado de Santa Catarina; e sobre Desenvolvimento Econômico e Direito de Propriedade - e aí entrou a questão das áreas indígenas, dos quilombolas e a unidade de conservação - falou o Dr. Altair de Souza Maia, ex-Diretor fundiário do INCRA e ex-Procurador Federal.

Srs. Deputados, entendemos que o tema abordado ontem, lá no Congresso Nacional, que uniu as duas comissões da Câmara Federal, seja da Comissão de Agricultura e da Frente Parlamentar da Agricultura do Congresso Nacional, que congregou, além do Presidente da Comissão de Agricultura, o Deputado Marcos Montes; também o Senador da República, que é Presidente da Comissão de Agricultura no Senado.

Diversas lideranças políticas, Presidentes de partidos, os mais diversos Presidentes estiveram presentes, Senadores, Deputados Federais, lideranças do Brasil inteiro e não só as lideranças sindicais, mas proprietários de terra. E o que sentimos foi praticamente uma unanimidade em torno das questões agrárias, questão fundiária e o desenvolvimento econômico da agricultura do nosso país.

Sr. Presidente, para que possamos ter uma idéia e para que fique registrado nos Anais da Casa, e a grande mídia e a rede de televisão, a Rede Globo principalmente, tem feito uma reportagem sobre a criação das áreas quilombolas, ou seja, dos quilombos, os descendentes dos escravos no nosso país, e tivemos, para surpresa nossa, pessoas simples, pessoas humildes que participaram deste seminário.

Veio uma senhora do interior da Bahia. Ela chegou às lágrimas, dizendo que ela não é remanescente de quilombolas, mas, que as lideranças de determinadas entidades estavam querendo obrigá-la a assinar um documento, dizendo que ela era quilombola. A filha dela está recebendo pressões no bairro onde ela reside, até ameaça de expulsão daquele bairro, por parte das lideranças.

E se não bastassem todos estes depoimentos pessoais, de uma senhora também, do interior do Mato Grosso do Sul, uma senhora simples, humilde, que tinha 300 ha de terra, mas deve ser uma terra muito pobre. Ela foi expulsa de suas terras pelos índios, e hoje esta área é para ser colocada à disposição para assentar os quilombolas, que não existem nesta área e nesta região.

E para surpresa nossa, o senhor sabe quantos hectares de terra o Presidente da República quer desapropriar ou colocar à disposição, no Brasil, para assentar possíveis quilombolas?

Cento e dezoito milhões de hectares. Sr. Presidente e Srs. Deputados, são 118 milhões de hectares de terra que o Governo Federal quer colocar à disposição dos quilombolas. Quer dizer, alguém disse que essa área é muito maior do que a Alemanha, a França e outros países em conjunto. Existe aqui no estado do Paraná, pelo mapa apresentado, duas regiões dos quilombolas, mas ontem mesmo, quando estivemos no Congresso Nacional, recebemos um e-mail informando que o estado do Paraná parece que 18 regiões ou noventa e poucas regiões haviam sido detectadas, também, de quilombolas.

Quer dizer, temos hoje no nosso Brasil os 118 milhões de hectares de terra. Deputado Valdir Rossoni, isso é chão! Isso é terra, isso é impossível que existam tantos descendentes em nosso país, dos quilombolas!

Temos a questão dos indígenas, ampliar cada vez mais as áreas, mas o que vai sobrar para a nossa agricultura? E tudo, Srs. Deputados, feito por decreto presidencial. Cria-se também as áreas de preservação permanente, o que foi dito com muita propriedade pelo ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ilmar Galvão, quando disse que o IBAMA cria os parques sem ter recursos, nem dotação orçamentária. Cria os parques no Brasil inteiro, seja parque de preservação permanente ou outros parques, e não interessa se alguém é proprietário ou não, mas quem produz, quem construiu, quem sobrevive nessa terra, o que haverá de fazer?

Então, na verdade, ontem lá no Congresso Nacional, entendemos que foram de suma importância ao menos esses debates que surgiram. Ouvir os dois lados! Não que os Deputados que lá estiveram, a Comissão da

Frente Parlamentar da Agricultura no Congresso Nacional, sejam contra as áreas indígenas, mas que se dê terra para quem efetivamente se identifica como índio e se dê terra para quem efetivamente é quilombola. Procurar agora forçar assinatura de pessoas, como se mostrou em reportagens!

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Deputado, acredito que é importante que o senhor traga esse tema à Assembléia, mas só queria colaborar nesse seu depoimento, porque há no Paraná na verdade 44 áreas reconhecidas como área de quilombola. São 44 áreas de descendentes de escravos já reconhecidos inclusive, áreas que muitas vezes são completamente inóspitas, até porque os agrupamentos de negros e de negras foram feitos em áreas de difícil acesso.

Então, não vi a reportagem da Globo, mas me parece que neste momento devemos tentar fazer com que haja uma compreensão, porque essas pessoas são também, sim, proprietárias de terras que historicamente moraram. Porque se fizermos o raciocínio, que por estarem lá e por não terem título durante todos esses anos eles não têm direito, nós caminhamos em uma situação de negar direitos àqueles que nunca tiveram direitos e aí acho, que duplamente penalizamos essas pessoas. Por exemplo, no Paraná, e o senhor acompanha porque passa todas as semanas por Guarapuava, onde temos a região de Paiol da Telha. A região de Paiol da Telha, que era uma fazenda de 1.700 alqueires que foi doada para os negros, que foi perdida depois por conta de uma série de situações que foram feitas e que acabaram lesando aqueles legítimos proprietários, que hoje na Justiça recorreram e vão ganhar o direito de usar àquelas terras.

Então, esse é um assunto que acho que devemos trazer para a Assembléia Legislativa, mas trazê-lo não apenas sobre a ótica da Globo. Não sei quantas pessoas haviam, Deputado Elio, nesse debate que foi feito e que a Globo procurou uma pessoa para falar, mas certamente havia mais do que uma pessoa, e me surpreende que tenha apegado apenas uma senhora que disse que não era quilombola. E pode ser que não seja mesmo. Agora, as outras dezenas ou centenas que estavam lá não foram ouvidas. De qualquer forma acho que o tema é importante.

O Deputado Péricles hoje, está fazendo parte de uma Frente Parlamentar aqui na Assembléia Legislativa que prevê, a incorporação de todos esses grupos que estão hoje lutando pela terra e que são grupos de diversidade. Para que possamos inclusive aqui na Assembléia, também ter essa visão diferenciada daqueles que são diferentes, não da nossa cultura - porque acho que a nossa cultura integra todos os grupos - mas da nossa colonização, que é basicamente uma colonização européia, e que por uma série de razões acabou excluindo indígenas, acabou excluindo negros de um processo de ter também o direito à terra, como aliás eu acho que é um direito legítimo dessas populações.

Obrigado pelo aparte.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Agradeço o Deputado Tadeu Veneri. E digo que sempre nos manifestamos Deputado Tadeu Veneri, e V. Exa. acompanhou o trabalho que nós presidimos na CPI da Reforma Agrária no Estado do Paraná. Somos a favor da reforma agrária, desde que respeitando o direito de propriedade, porque são duas coisas bem distintas: o direito à propriedade e o direito de propriedade. Isso na questão agrária. Na questão fundiária, que é questão dos quilombos, e é a questão indígena, e é questão de uma série de agricultores, ou proprietários no estado do Paraná e no Brasil afora, que não tem o seu título definitivo ainda, porque o Governo há muitos anos atrás ele dizia uma frase que era o seguinte: “Quem não registra não é dono”. E as pessoas compraram essa propriedade, quem reside hoje nessa propriedade comprou, e registrou.

Então, não podemos expulsar essas pessoas de cima da sua propriedade, usando o argumento de que essa terra pertencia à área indígena, ou essa terra pertencia aos quilombos. Então, o Governo que deu a titulação desta terra, antes de retirar essa pessoa tem que fazer a indenização - o direito de um termina aonde começa o direito do próximo. Então, se houveram erros no passado, não podemos cometer o mesmo erro, com as pessoas que são hoje os legítimos proprietários. Quer dizer, hoje tenho uma pequena área, tenho uns 5 alqueires de terra, agora a quem pertenceu há 100 anos atrás? Eu não sei. Eu comprei essa terra, paguei e registrei. E assim, para não dizer a totalidade, mas a grande maioria dos proprietários rurais no Brasil fizeram isso, que são proprietários hoje. Então, temos que respeitar o direito à propriedade. Esse é o principal.

Além disso, Sr. Presidente, estou encerrando agora, uma questão que preocupa muito o Deputado Tadeu Veneri que é a questão de faixa de fronteira. São 150 quilômetros, são quase 13 mil quilômetros de Brasil de faixa de fronteira, que envolve desde o estado do Amapá, Acre, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e a nossa região, Deputado Elton Welter, está toda ela, o oeste, dentro da faixa de fronteira. Foi um tema abordado ontem, inclusive. Sobre isso estamos fazendo um trabalho e haveremos de nos pronunciar sobre isso aqui. Mas por que surgiu isso? Porque a faixa de fronteira foi criada em 1850, e junto com a criação de faixa de fronteira criou-se alguns decretos, o Presidente foi regulamentando, algumas leis surgiram, dizendo que a titularidade só poderia ser dada com a autorização do Senado; e algumas concessões, algumas titulações foram feitas pelo próprio Presidente, ou Governadores do nosso país, sem a anuência do Senado.

Existe por essa razão, o tema é palpitante e o Paraná está inserido nessa problemática, existe uma PEC, isso foi falado ontem também naquela reunião, a PEC 58-A, que regulamenta todas as terras tituladas nas faixas de fronteira,

porque a ratificação tem que ser feita até 2003. Poucas pessoas fizeram, foi feita uma outra lei prorrogando por mais 2 anos, mas poucos fizeram. E agora quem não fez a ratificação na faixa de fronteira, pela lei, perdeu a propriedade. Não é mais proprietário.

É o caos que está se estabelecendo no campo, na faixa de fronteira. Uma preocupação muito grande. Uma insegurança jurídica está implantada nessa faixa de fronteira.

Além de estarmos lá como Deputado, também dissemos que a Assembléia Legislativa, presidida pelo Deputado Nelson Justus, sempre preza, no campo, pela paz e não queremos o conflito. Inclusive, foi essa a manifestação que fizemos na Comissão de Agricultura, em Brasília, no dia de ontem.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulta a Liderança do PP.

(Declina)

No horário da Liderança do PT, com a palavra o Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A história é de 500 anos. Deputado Elio Rusch, com todo respeito à sua fala, mas precisou esses 500 anos para reconhecer as injustiças com os povos negros e indígenas.

Ninguém quer tomar a propriedade de ninguém. V. Exa. sabe que, quando há uma desapropriação de terras para a reforma agrária, é muito bem paga.

Para reconhecer as injustiças do passado, precisou um operário ganhar a Presidência da República. Os negros foram muito injustiçados. Temos uma dívida histórica.

Temos que ter políticas públicas para conseguir resgatar esse prejuízo que tiveram esses companheiros afrodescendentes. Levaremos tempo ainda para corrigir essas injustiças.

As comunidades quilombolas agradecem o Governo Federal e o Estadual. Há um empenho muito grande para que consigamos diminuir as mazelas proporcionadas naquela época, porque quando declararam livres da escravidão os negros, os largaram à própria sorte.

Hoje, aqui no Paraná, para quem conhece um pouco da história, são sabedores que têm muitos herdeiros de grandes propriedades, do tempo ainda das Capitânias Hereditárias.

A propriedade é um direito, sim, de quem tem a escritura, mas quando o estado tem interesse na propriedade, o estado pode, sim, ir lá indenizar justamente, assentar, reconhecer comunidade quilombola, comunidade faxinalense, ou seja, comunidade que foi excluída.

Eu, como Líder do partido, com todo respeito à sua opinião, Deputado Elio Rusch, admiro V. Exa. sua postura ideológica, pelo menos tem lado, isso deve ser respeitado, mas estabelecemos o diálogo.

Não temos dúvida que a política adotada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecendo as comunidades quilombolas, se tem algum excesso, não é porque o programa foi criado, é porque, talvez, tenha algum outro que queria se aproveitar dessa situação. Isso temos que denunciar, sim, Deputado Elio Rusch. Concordo com V. Exa., não podemos admitir pressões com essas pessoas.

Mudando de assunto, Sr. Presidente, o nosso Ministro Patrus Ananias tem um dado que nos deixa muito feliz, mas por outro lado chama a responsabilidade dos Senadores da República.

O dado é o seguinte: o país, nessa semana, foi reconhecido pela ONU, que entrou nos países que estão conseguindo melhorar a vida das pessoas.

É um dado extraordinário! Também é fruto da boa política e da eficiência da política do Programa Bolsa Família.

Deputado Elio Rusch, 87% dos recursos do Bolsa Família saem da CPMF.

Quando falávamos aqui em algumas Sessões atrás, há um mês, que dos 38 bilhões arrecadados, 20 bilhões são para a saúde, 10 bilhões são para a previdência e 8 bilhões são para o combate à fome e à miséria, nesses 8 bilhões está incluída uma boa parte dos recursos para o Bolsa Família.

Um dos grandes fatores que melhorou o índice de desenvolvimento humano das famílias menos favorecidas é em função do Bolsa Família. Em muitas cidades do nordeste, o Bolsa Família proporciona, inclusive, minimamente, a questão da compra do comércio local. Por mais que seja um recurso insignificante, isso tem ajudado muito as cidades e os cidadãos brasileiros. Acreditamos que o Bolsa Família é um mal necessário para este momento. A bolsa, aliás, é pré-requisito para que os filhos e filhas dos brasileiros menos abastados deste país estejam na escola. Esse é o grande desafio do Bolsa Família, e fazer isso com muita responsabilidade depende muito dos Prefeitos e Prefeitas deste país.

Quero finalizar dizendo que, hoje, inclusive, o Governo Federal negocia com a Oposição, faz de tudo, topa fazer uma diminuição gradual da CPMF, mas, no nosso entendimento, os Senadores precisam votar essa proposta, sob risco, na medida em que se corta a dotação que já está carimbada, de ter que achar outra forma de remanejamento do orçamento, porque senão os programas sociais que de fato combatem a fome neste país, serão prejudicados. Não vejo nenhum Senador ou Líder da Oposição criticar o Fome Zero, que foi muito criticado no início do Governo Lula.

O Fome Zero envolve todas as políticas ligadas à agricultura familiar, a compra antecipada, o programa de aquisição de alimentos, os restaurantes populares que, inclusive, aqui em Curitiba tem. Isso é muito interessante. Isso mexe no interesse dos produtores de São José dos Pinhais, dos pequenos agricultores da região metropolitana de Curitiba, dos produtores de Rio Branco do Sul, de Contenda, da Lapa, e assim por diante.

Programas como este, Deputado Rossoni, organizam o setor produtivo, fazem com que se direcione a assistência técnica para, por exemplo, produtores de frutas da região oeste do Paraná, na medida que precisa comprar esses produtos dos agricultores e levar para a merenda escolar, para organizar os restaurantes populares para as cidades que têm mais de 100 mil habitantes. A cidade em que eu moro tem 3 restaurantes populares, Deputado Elio Rusch.

Um programa extraordinário e é uma visão republicana deste Governo, tanto é que lá em Toledo é um Governo de Oposição ao Presidente Lula, como do Beto Richa. O Governo é republicano. Quer implementar os programas, implementa. As farmácias populares, programas extraordinários onde baixa o custo do remédio em até 90%. Isso, de fato, tem marcado a diferença para nós que somos do Partido dos Trabalhadores e fazemos um Governo de coalizão. Com muito orgulho, somos sabedores do empenho político, da força política que é a capacidade de ter que articular com as forças que estão dando sustentação ao Governo Lula para fazer as mudanças necessárias para que o país ande cada vez melhor, em situações cada vez mais privilegiadas.

Ouvi, no dia de hoje, se não me falha a memória na CBN, que um economista falava que a nossa vulnerabilidade externa é a menor de toda história. Há uma segurança institucional, nesta República, invejável. O que precisamos acertar é nas políticas públicas que atendem principalmente os mais necessitados. Saem anúncios de programas a cada semana. Programas fantásticos. Semana passada, saiu um programa da área de ciência e tecnologia. Há uma percepção muito clara deste Governo de que se não avançarmos nas pesquisas, incentivando os doutores e mestres a buscarem inovação, certamente ficaremos cada vez mais dependentes.

Um cidadão que é Presidente da República, como o Presidente Lula, que foi criticado porque não tem uma universidade, mas o povo do mundo compreende a sua língua, o povo brasileiro compreende a língua desse Presidente que, com muito orgulho, é do nosso partido.

Não tenho dúvida, senhoras e senhores, é um momento histórico que vive o país, da nação. Se eu pudesse fazer um apelo, é claro que a decisão é dos Senadores da República, que terão a sensatez e a maturidade política de votar a prorrogação da CPMF. Já há um entendimento da equipe econômica do Governo, que poderá ser reduzida gradualmente.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Quero registrar hoje às 16h43 do dia 28, o meu depoimento. Reconheço uma das coisas que V. Exa. disse, que sempre o seu partido e os seus companheiros também sempre estiveram defendendo o pequeno. Quero ressaltar e reconhecer isso, porque servirá de registro para a história, do nosso passado, Deputado Welter, e poderá nos servir em um futuro próximo. Reconheço a

atitude sempre favorável ao pequeno agricultor, à pequena propriedade e a agricultura familiar. Essa luta serve para a história do seu partido, do seu trabalho, da sua bancada aqui na Casa, que poderá servir para tomar decisões em um futuro próximo.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Concede-me um aparte, Exa.?

(Assentimento)

Levei um susto ontem, porque tinha uma televisão anunciando: “Lula mata também. O efeito Lula mata.” Eu falei: meu Deus do céu, Lula está matando! Fui acompanhar o programa: a lula que mata é aquela que vive no fundo do mar. Então, temos que tomar cuidado com a outra lula.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, encerro o meu pronunciamento.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PSDB; PMDB; Liderança da Oposição.

(Declinam)

Liderança do Governo. Concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, queria também o horário do PMDB.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, poderíamos abrir uma exceção para o Deputado Romanelli falar no horário do PMDB, desde que nos fosse também reservado o direito.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O Deputado Luiz Claudio Romanelli é o último orador inscrito e ele irá falar no horário da Liderança do Governo.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, nobre Deputado Valdir Rossoni. Sei que V. Exa. anda por este plenário e pelos corredores com um sorriso estampado no rosto, caminhando com um painel. Compreendo V. Exa., que afinal de contas já sofreu muito aqui nesta Casa. É um momento de V. Exa. ter um pouco de alegria.

Queria subir à tribuna desta Casa e dizer que temos a responsabilidade de podermos, nos próximos dias, semanas, discutir 3 mensagens que estão aqui e que, infelizmente, quando as pessoas lêem nos jornais, lamentavelmente, temos que reconhecer que há um certo mau humor por parte da mídia, mas se Deus quiser no ano que vem isso modifica, mas certamente temos que reconhecer

que há um mau humor em relação a essas 3 mensagens. Ontem, por exemplo, a primeira delas, com exceção dos ricos, dos grandes proprietários, todo mundo viu, pessoas de boa fé viram o significado de se fazer uma alteração conceitual em relação ao Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de quaisquer bens e direitos - ITCMD. V. Exas. viram, apenas um alíquota que sobe. Justamente para os mais ricos. E verificaram que a progressividade que é um conceito novo que se está trabalhando, e aqui vieram representantes da sociedade civil e organizada, da ordem dos Advogados do Brasil, do Instituto Brasileiro de Direito Tributário, foi uma discussão de altíssimo nível, e que me surpreendeu pelo nível de compreensão, reconhecendo que a tarifa que é aplicada hoje, de 4%, é profundamente injusta.

Temos nas Varas Cíveis da Comarca de Curitiba e Região Metropolitana, milhares de inventários que estão concluídos e que as pessoas não registram as suas propriedades por conta, claro, do ITCMD de 4%. Muitas pessoas terão grande benefício, porque a progressividade, a isenção até 50 mil, de 50 a 100 mil a alíquota de 1%, e assim sucessivamente.

Verificamos o seguinte: V. Exas. escutaram, das 31 mil e 900 operações realizadas este ano, a Receita Estadual fez uma simulação: se aplicado o novo imposto - o imposto que V. Exa. lamentavelmente está contra - 25 mil e 300 se tornam isenta; 6 mil e 500 têm uma redução e apenas 131 proprietários têm uma majoração, ou seja, do total proposto, 6 mil e 500 vão pagar imposto. E isso vai dar uma arrecadação de 26 milhões e 600. V. Exa. sabe quanto foi arrecadado? Sessenta e um milhões e 800 mil. Uma redução de 2/3 desse tributo. Mais de 35 milhões. Certamente, quando fecharmos dezembro, o impacto ainda será muito maior.

Então, prezado Deputado Pastor Edson, o ITCMD é seguramente esse conceito novo, é uma redução e é um imposto do bem que vai melhorar. No Brasil as pessoas vão informalmente se tornando proprietárias. Isso é um problema gravíssimo, que é um dos elementos, segundo o economista que publicou um livro muito importante chamado Os Mistérios do Capital, são os capitais mortos por conta da extralegalidade.

V. Exas. têm que mudar o seu posicionamento, apoiar o ITCMD, porque tenho certeza absoluta que V. Exas. têm responsabilidade no exercício do seu mandato.

Em relação às chamadas taxas do DETRAN, quero dizer a V. Exas., vejam bem: V. Exas. pegaram uma taxa que, por conta de uma resolução taxada pelo CONTRAN e que o Paraná, obrigatoriamente, tem que seguir, efetivamente emocionalizaram essa discussão das taxas do DETRAN. Mas olha aqui, ninguém de V. Exas. falou que o registro de veículos vai ser reduzido. Por quê? Porque o atual Diretor Geral do Departamento de Trânsito, o Coronel Davi Pancotti, que é uma pessoa que tem uma experiência muito grande, foi Comandante da nossa Polícia Militar, e é bacharel em Direito, uma pessoa que conhece

bem, inclusive sobre a questão das leis, mas veja bem, foi feito um estudo, a tipologia do serviço a ser efetivamente prestado pelo DETRAN.

Então, o registro de veículos vai cair do valor atual, Deputado Traiano, de R\$ 50,79 para R\$ 20,72; a emissão do CRV vai cair de R\$ 38 para R\$ 20,59; a diferença de propriedade vai cair de R\$ 25,40 para R\$ 20,59; a baixa de veículo cai de R\$ 25,40 para R\$ 20,59; os despachantes, as empresas que hoje pagam R\$ 101, vão pagar R\$ 20; a renovação anual do despachante cai de R\$ 50 para R\$ 20 - estou arredondando os números agora aqui - a remoção do veículo cai de R\$ 38 para R\$ 17; o exame teórico-técnico cai de R\$ 25 para R\$ 21; a perícia técnica e média especial cai de R\$ 76 para R\$ 42; a reabilitação cai de R\$ 63 para R\$ 20; o registro de credenciamento dos CFCs, que é o Centro de Formação dos Condutores, cai de R\$ 114 para R\$ 14, porque é uma visita só, uma vistoria que o DETRAN tem que fazer nos CFCs; o registro de credenciamento de instrutor cai de R\$ 76 para R\$ 14; o histórico de prontuário cai de R\$ 25 para R\$ 20. V. Exas. não ouviram em lugar nenhum se falar da redução dessas taxas. V. Exas. se apegaram, única e exclusivamente, no exame médico e psicológico que tem que ser realizado e tem uma resolução do CONTRAN nº 080/98 e que o Paraná, por determinação do Ministério Público do Trabalho, tem que aplicar porque senão não poderemos mais, efetivamente, aplicar a nossa, emitir carteiras nacionais de habilitação por conta de que ficaremos na ilegalidade.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Nobre Líder do Governo, causídico Deputado Romanelli, V. Exa. acabou de afirmar com relação ao ITCMD que haverá uma redução de receita. Eu até ouvi isto do próprio Secretário Arzua lá na Audiência Pública e eu lhe questiono: é público e notório, todos nós sabemos, que com a Lei de Responsabilidade Fiscal quando há uma redução de Receita haverá de ser compensada de uma outra forma. De que forma? Com esses aumentos de taxas, de impostos do IPVA que o Governo vai compensar essa queda de receita? Gostaria que V. Exa. pudesse nos trazer esta informação para que pudéssemos ter uma informação clara com relação ao assunto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Perfeitamente. Trago com o maior prazer, justamente com isto, Exa., com o acréscimo da receita do IPVA, serão mais 90 milhões para os cofres do estado, na fonte 00 - a fonte 00 é justamente a fonte do ITCMD...

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Mas isto não é um sacrifício ao nosso cidadão paranaense?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não, ao contrário - é reconhecer a questão fundamental do Direito Tributário que é a capacidade contributiva, está lá no artigo 145 da Constituição Federal - quando sempre que possível temos que reconhecer a capacidade pessoal de cada indivíduo na questão de poder pagar os seus impostos...(ininteligível)...

Então, o que há de fato é um grande avanço nesse tema. Inclusive V. Exa. sabe, na fonte 00, para acréscimo de recurso do IPVA, 30%, obrigatoriamente, vai ser aplicado na área da educação, 12% vai ser aplicado na área da saúde e outras vinculações, até para pagamento de dívida vai ter um acréscimo. Como V. Exa. sabe, 90 milhões serão destinados aos municípios, olha o Prefeito da capital, o Prefeito Beto Richa que é do partido que V. Exa. lidera, vai receber quase R\$ 25 milhões a mais! Quando falei para ele, outro dia, aqui, que era esse o valor, o Prefeito ficou com um sorriso de felicidade, Deputado Traiano.

Quero dizer que a questão das taxas do DETRAN, Deputado Traiano, são absolutamente necessárias. Tirando-se esse incremento que tem por conta da necessidade de pagarmos, porque hoje a carteira de motorista do Paraná é a mais barata do Brasil, por quê? Porque efetivamente não estamos aplicando o que dispõe a legislação federal. Hoje somos o 14º preço em relação a carteira de motorista e, mesmo depois de majorado, o Paraná ainda será o 6º, mesmo com o acréscimo do valor em relação a esse que estamos propondo, o Paraná ainda será o 6º! Espírito Santo em 1º, com R\$ 310; Minas Gerais, R\$ 282; Distrito Federal, R\$ 266; Rio de Janeiro com R\$ 258; Goiás com R\$ 243 e aí vem o Paraná com R\$ 234. Aí vêm os outros estados acima de R\$ 200, com pequenas diferenças. Então na questão das taxas do DETRAN penso que V. Exas. podem diminuir o tom dos discursos e discutir, de forma mais objetiva, a questão do IPVA. Acho que é um tema que tem que ser enfrentado mesmo, mas penso que temos que tratar isso de uma forma muito responsável, porque V. Exas. lembram dos processos de votação acontecidos em anos anteriores.

Concedo aparte ao Deputado Marcelo Rangel, com o maior prazer.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Luiz Claudio Romanelli, estou acompanhando atentamente o seu pronunciamento e pude notar que o senhor está realmente muito afiado, muito preparado com seu discurso em defesa das taxas e impostos, mas eu preciso deixar aqui registrado que o senhor acabou esquecendo, o senhor falou que desses 130 milhões que poderão ser arrecadados com impostos e IPVA no ano que vem, uma boa parte vai para a saúde, uma parte vai para as prefeituras. Mas o senhor deu uma declaração e também coletou assinaturas com outros Parlamentares aqui da Assembléia Legislativa fazendo uma emenda orçamentária, dizendo que no próximo ano o Governo

precisa investir mais 30 milhões em propaganda e esses 30 milhões também viriam desse imposto e do IPVA. Quer dizer, estamos prestes a votar um projeto que prevê um aumento das taxas do DETRAN, do IPVA, justamente para propaganda cujo Governador, em discursos na "escolinha", disse que não é necessário. Então, me permite Exa., preciso discordar de V. Exa., porque acredito que esse imposto realmente não é necessário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito, Deputado Romanelli, que V. Exa. responda apenas ao Deputado Marcelo Rangel, porque já excedemos o tempo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Exa. encerro o meu pronunciamento dizendo ao Deputado Marcelo Rangel que eu sei que há uma grande demanda dos veículos de comunicação. Mais do que tudo, sei da importância de fazermos as campanhas educativas e informativas na área do trânsito, da saúde, temos as campanhas da dengue que são necessárias serem feitas agora, ainda nos meses de verão, e se dá fundamentalmente pelas rádios. Hoje eu ouvi aqui se falar muito em rádio, as campanhas publicitárias informativas em relação às campanhas da dengue são feitas via rádios e precisa de recursos para publicidade. Na verdade, 30 milhões é um valor muito pequeno, se considerarmos as demandas que temos. Mas, o dinheiro certamente será muito bem aplicado.

Só para concluir, quero dizer o seguinte: esta Casa tem que enfrentar o tema, o debate. Gostei muito da Audiência Pública de ontem. O Presidente inclusive definiu que faremos Audiência Pública na semana que vem, na terça-feira, para discutir o IPVA, às 10h da manhã, na CCJ. Na quarta-feira, vamos fazer uma Audiência Pública para discutir as taxas do DETRAN. Sou favorável ao debate, V. Exa. sabe.

Temos que reconhecer que temos que fazer o debate, mas fazê-lo de forma honesta, franca, sincera. E não fazer como em outras votações, que se votava na calada da noite.

Sr. Presidente, agradeço muito a generosidade de V. Exa. em ter expandido um pouco este tempo, mas quero, aqui, contribuir com o debate. Agradeço a atenção de V. Exas. e a oportunidade de poder estar convivendo, aqui.

Ordem do Dia:**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. vai falar por uma deferência especial desta presidência, Deputado, porque V. Exa. dormiu no ponto hoje. Eu chamei e V. Exa. não estava prestando atenção. É verdade!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não é verdade, Sr. Presidente! V. Exa. está equivocado. Eu ainda questionei a questão da Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Depois do PMDB, passa-se ao horário da Liderança da Oposição e depois da Liderança do Governo. V. Exa. vai falar por uma deferência muito especial desta presidência.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não vou falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não vamos permitir que você fique sem falar.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu não vou falar. Vou levantar uma questão de ordem para V. Exa. Duas questões de ordem. Já que é para ser perfeito, vamos ser. Primeira questão de ordem, eu me sinto diminuído nas minhas funções de Parlamentar, aqui. E V. Exa. pode me responder por escrito, depois, se quiser.

Ontem, tivemos aqui a empresa BS Colway. Ela colocou um banner naquele local - me desculpe, até porque me irrita um pouco - silencieei, fiquei quieto. Qual é a diferença entre o banner e a assinatura dos Deputados? Acho que muito mais legítima é a assinatura dos Deputados.

Segundo, o Deputado Romanelli tinha 10 minutos. Passaram os 10 minutos, os 5 minutos, travou o relógio, achamos que o pronunciamento do Deputado era interessante e nós acatamos.

Então, faço estas duas questões de ordem para que V. Exa. reflita, para que não tenhamos dificuldades de convivência interna, no Plenário. Eu abro mão e respeito sua decisão. Vou respeitar a ordem de fala.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero crer que por isonomia o Deputado Valdir Rossoni tem absoluta razão no que ele está falando. V. Exa. poderia, de fato, conceder a ele o horário da Liderança da Oposição, porque penso que o contraditório é fundamental nesta Casa. Ele tem razão, Desculpe, Exa. sem querer...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Chamamos a todos, com muita atenção, com muito cuidado. As notas taquigráficas estão aí. Chamamos todas as lideranças. Não há discriminação alguma.

Pelo contrário, a paciência tem sido uma das maiores virtudes desta presidência.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Exatamente esta questão. V. Exa. sempre fica numa situação complicada, porque quer atenuar as coisas e acaba criando, às vezes, uma dificuldade. Mas, se o Regimento Interno foi cumprido, ninguém pode reclamar. Então, o Deputado Rossoni está correto. Ele foi chamado e não foi para falar, V. Exa. não tem o que fazer. Não é fazer concessão para "a" ou "b", mas cumprir o Regimento e pronto.

Leitura do Expediente

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Indicação nº 372/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Manoel Borges de Macedo, no município de Rio Branco do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 667/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que disciplina o uso dos vasilhames plásticos retornáveis utilizados no envasamento, industrialização e comercialização de água mineral no estado do Paraná e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 667/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Torna obrigatório aos estabelecimentos que envasem, industrializem e comercializem águas minerais e potáveis de mesa em vasilhames plásticos retornáveis, no âmbito do estado do Paraná, o cumprimento do disposto nesta lei, observando o seguinte:

I - os vasilhames devem ser tamponados por meio de sistema de comprovada eficácia de vedação, para impedir o vazamento da água e sua possível contaminação;

II - somente é permitida a reutilização de vasilhames plásticos retornáveis em volumes superiores a 5 litros de capacidade nominal;

III - a fabricação dos vasilhames plásticos retornáveis e de suas tampas devem cumprir, respectivamente, as

normas constantes da ABNT nº 14222, que dispõe sobre a Embalagem Plástica para Água Mineral e de Mesa - Garrafão retornável - Requisitos e métodos de ensaio e da ABNT nº 14328, que dispõe sobre Embalagem Plástica para Água Mineral e de Mesa - Tampa para garrafão retornável - Requisitos e métodos de ensaio, objetivando atingir padronizações de dimensões de altura, diâmetros, inclusive de gargalos, cor, rigidez da tampa e do recipiente, possibilitar operações eficientes de tamponamento e evitar riscos de deformação e vazamentos, quando do transporte e armazenamento e da colocação nos suportes e bebedouros;

IV - os vasilhames a serem utilizados, novos ou retornados para um novo ciclo de uso, devem ser submetidos à avaliação individual onde serão analisadas as condições e possibilidades para reutilização e, em seguida, submetidos ao processo industrial de lavagem, desinfecção e enchimento, seguindo integralmente as normas constantes da ABNT nº 14637, que dispõe sobre Embalagem Plástica para Água Mineral e de Mesa - garrafão retornável - requisitos para lavagem, enchimento e fechamento, além das normas emanadas dos órgãos federais competentes;

V - os vasilhames com amassamentos, rachaduras, ranhuras, remendos, deformações de gargalo e/ou com alterações de odor, cor e forma devem ser rejeitados pelos estabelecimentos que comercializem o produto;

VI - em sendo verificado, no momento do envase, alguns dos vícios indicados no inciso V deste artigo, deverá o estabelecimento proceder à imediata destruição do vasilhame defeituoso;

VII - os vasilhames devem apresentar, no fundo, a data de fabricação e tempo de vida útil, que não poderá ultrapassar 3 anos, bem como o nome da empresa responsável pela fabricação do mesmo;

VIII - o processo de desinfecção dos referidos vasilhames deve ser estendido à superfície externa dos mesmos, na etapa de pré-lavagem ou na própria operação de lavagem;

IX - os fabricantes de vasilhames retornável ficam obrigados a fornecer aos engarrafadores cópia de certificado do instituto técnico reconhecido de que seu produto atende às citadas normas técnicas.

Art. 2º As indústrias fabricantes de garrafão terão um ano após a data de publicação desta lei para se adequarem as suas normas, passando a oferecer apenas garrafões certificados.

Art. 3º As empresas de água mineral terão 3 anos para substituição de todos os vasilhames em circulação no mercado por vasilhames certificados.

Art. 4º O descumprimento das obrigações instituídas nesta lei acarretará ao infrator as seguintes penalidades:

I - advertência;

II- multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, cabendo o dobro em caso de reincidência;

III - suspensão das atividades até a regularização da infração.

Parágrafo Único. Caso a infração seja de contaminação da água, a contra-prova deixada na empresa pela Vigilância Sanitária será analisada por laboratório credenciado pelo estado.

Art. 5º O Poder Executivo deverá dar ampla divulgação da presente lei, de modo a permitir a todos os usuários o acesso ao seu teor, através de sua publicação oficial, afixação obrigatória nos locais onde o produto é industrializado, envasado e comercializado e outros meios cabíveis.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei, definindo o órgão e autoridades competentes pela orientação, fiscalização e prática dos demais atos necessários ao seu cumprimento, objetivando a proteção do consumidor e a responsabilidade do envasador, industrial de águas minerais e potáveis de mesa, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 15277, de 25 de julho de 2007.

Sala das Comissões, em 27.11.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 708/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 046/07, que aprova abertura de crédito especial no valor de R\$ 6.534.418,00, ao vigente orçamento da Secretaria de estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 708/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 15339, de 22 de dezembro de 2006, no valor de R\$ 6.534.418,00 (seis milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e dezoito reais), com a criação de duas atividades, conforme especificado abaixo:

- no valor de 3.534.418,00 (três milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e dezoito reais), na Unidade Orçamentária 4570 - Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, vinculada à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a atividade 4570.19571022.843 - Aplicação de Recursos em Ciência e Tecnologia - Fundo Paraná - TECPAR, conforme Anexos I, III, V e VII desta lei.

- no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), na Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FUNSAÚDE, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde, a atividade 4760.10571152.844 - Aplicação de Recursos em Ciência e Tecnologia na Área de Saúde - Fundo Paraná - TECPAR, conforme Anexos II, IV, VI e VII desta lei.

Parágrafo Único. É vedada a utilização dos recursos, de que trata esta lei, com despesas de custeio ou de manutenção.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo VIII desta lei.

Art. 3º Em decorrência do contido nos artigos anteriores desta lei, fica procedido o acréscimo e o decréscimo no Demonstrativo dos Repasses do Tesouro Estadual, conforme Anexos IX e X desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.11.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 727/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 047/07, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o montante de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, para financiamento do Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais no Estado do Paraná - PRÓ APL. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 727/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo até o montante de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, para financiamento do Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais no Estado do Paraná - Pró APL.

Parágrafo Único. Os prazos de carência e amortização, a taxa de juros e demais encargos adicionais referentes à operação de crédito autorizada por este artigo, obedecerão as normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas pela política econômica financeira da união, observadas as condições propostas pelo agente financeiro.

Art. 2º A Operação de Crédito será garantida pela República Federativa do Brasil.

Parágrafo Único. Para obter garantia da união na operação de crédito que trata esta lei, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer contragarantias às garantias da união, podendo, para tanto, vincular as cotas de repartição constitucional das receitas estabelecidas nos artigos 157 e 159, ou outras garantias em direito admitidas, até o montante de que trata o artigo 1º desta lei.

Art. 3º Deverão ser consignadas dotações próprias no Orçamento Geral do estado para o pagamento do serviço da dívida decorrente da operação de crédito autorizada por esta lei.

Art. 4º Fica ainda o Poder Executivo autorizado a:

I - firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do referido programa;

II- abrir créditos adicionais respectivos, até o valor da operação contratada, inclusive sua contrapartida, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo primeiro, do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, para atendimento das despesas do Programa.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.11.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 774/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo - Obra Unida de Marilândia do Sul, com sede e foro no município de Marilândia do Sul. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 774/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo - Obra Unida, com sede e foro no município de Marilândia do Sul.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.11.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 785/07, de autoria do Deputado Teruo Kato, que declara de utilidade pública a Agência de Desenvolvimento Regional de Paranavaí - ADR, com sede e foro no município de Paranavaí. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 786/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Fonte de Água Viva - FAVI, com sede e foro no município de Araucária. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 810/07, de autoria do Deputado Durval Amaral, que altera as Leis nºs 253/54 e 9389/90, que criam os municípios de Sabáudia e Pitangueiras e adotam outras providências. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 656/07, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Marcelo Rangel, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que liga a sede do município de Rebouças ao distrito de Marmeleiro. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 106/07 de 05/09/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 656/07

P A R E C E R :

I - Relatório

O projeto de lei acima emendado, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, estabelece em seu artigo 1º autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que liga a sede do município de Rebouças ao distrito de Marmeleiro.

É o relatório.

II - Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do nobre Deputado Luiz Claudio Romanelli - autor do projeto, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Ademais no caso em tela está havendo uma simples autorização legislativa para que o estado do Paraná possa receber do município de Rebouças aquela estrada municipal, o que por si só não garante que o Poder Executivo Estadual irá estadualizá-la.

Note-se que em momento algum o Poder Executivo Estadual violará a autonomia de organização político-administrativa do município, até porque, para a concretização da estadualização aqui proposta, será necessária lei específica municipal com igual a esta em análise, não havendo portanto, como já dito, risco de violação da independência e da harmonia entre os Poderes.

III - Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 30.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
MARCELO RANGEL - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 656/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Deputado Marcelo Rangel, tem o objetivo de estadualizar a estrada municipal que liga a sede do município de Rebouças ao distrito de Marmeleiro.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da douda Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta visa a integração entre a sede do município de Rebouças ao distrito de Marmeleiro, onde está a base de sua economia, a agricultura desenvolvida pelos pequenos produtores rurais.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 20.11.07.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 728/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 048/07, que fica instituída a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. Aprovado. (Publ. no DA nº 128/07, de 10/10/07, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 728/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela tem como escopo instituir, no estado do Paraná, a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional a fim de resguardar a dignidade da pessoa humana, entendendo que a alimentação é direito fundamental do ser humano.

Constitucionalidade e Legalidade

A análise do direito a alimentação passa primeiramente, de maneira obrigatória, pelo próprio conceito de dignidade da pessoa humana, pois é princípio que garante que o ser humano seja sempre vislumbrado pelo estado como um fim, e nunca como um meio, de forma a garantir ao cidadão, condições mínimas para uma sobrevivência digna.

Nessa vereda, bem conceitua Ingo Wolfgang Sarlet a dignidade da pessoa humana como uma:

“qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existentes mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.”

Sendo, portanto, a dignidade da pessoa humana compreendida com o complexo de direitos e deveres fundamentais que lhe garantem a existência de uma vida digna e saudável, forçoso é reconhecer a inserção do direito a alimentação nesse complexo de direitos, uma vez que é impossível concebemos a existência de uma vida saudável sem que reste garantido o direito a uma alimentação adequada.

Ademais, a própria Constituição Federal, preocupada com a garantia de uma alimentação de qualidade a todos, relegou, expressamente, à união, estados e municípios o dever de organizar o abastecimento alimentar, a saber:

Art. 23. É competência comum da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios:

(...)

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

Assim, demonstra-se aferida a competência legislativa por parte do estado no caso em tela, porquanto a Constituição Federal expressamente lhe relegou tal incumbência.

É nesse contexto também que se observa a plena constitucionalidade do processo legiferante pois o estabelecimento da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional além de dar efetividade e uma missão constitucionalmente imposta aos estados, encontra harmonia com todos os preceitos legais e constitucionais a ele concernentes.

Por derradeiro, quanto à técnica legislativa utilizada, afere-se igualmente, que o projeto de lei não apresenta qualquer óbice legal, vez que observou todas as disposições preconizadas para Lei Complementar nº 095/98, que rege a elaboração e redação legislativa.

Conclusão

Diante do acima exposto e tendo em vista a plena conformidade do projeto de lei com as disposições legais e constitucionais a ela aplicáveis, esta Comissão de Constituição e Justiça se manifesta, o parecer é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 30.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 728/07

P A R E C E R :

De autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 048/07 o presente plano de lei visa instituir a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do estado do Paraná.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual recebeu parecer favorável. Chamada esta Comissão de Saúde Pública a opinar, conclui que:

O projeto de lei possui um inegável alcance social e um reconhecimento do acesso a uma alimentação saudável como sendo um direito humano fundamental.

A proposta visa, combater a fome e a miséria, gerando ainda impactos positivos que uma política dessa natureza deve causar no setor agropecuário, notadamente no segmento da agricultura familiar.

Assim sendo, no âmbito desta comissão, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 728/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
NEY LEPREVOST - Relator

Discussão Única (Proposições)

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 069/07, veto aposto ao Projeto de Lei nº 068/07, de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Tadeu Veneri, que modifica o inciso II do artigo 6º da Lei nº 8246 de 13 de janeiro de 1986. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 203/07

Curitiba, 16 de julho de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício nº 148/07, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 78, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 068/07, por julgá-lo inconstitucional, eis que implicaria em aumento de despesa pública não prevista e, ainda, porque, caso acolhido, quebraria o fundamento básico para concessão do benefício da Lei nº 8246, de 13 de janeiro de 1986, que é a condição de o beneficiário estar desprovido de fonte de renda e de que não seja amparado pela Previdência Social.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 068/07 encontra-se publicado no DA n° 068/07, de 20/06/07, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO N° 069/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de Lei n° 068/07, de autoria do Deputado Tadeu Veneri e Deputado Alexandre Curi, vetado pelo Governador do estado, tem por objetivo modificar o inciso II do artigo 6° da Lei n° 8246/86.

Fundamentação

A Constituição Estadual assim determina:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1° Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 20.09.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MAURO MORAES - Relator

Sobre a referida proposição, Requerimento n° 3543, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia. **Aprovado.** Fica portanto, retirada da Ordem do Dia a Proposição n° 069/07.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento n° 3519, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. Rejeitado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Será procedida a verificação de votação.

Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Questão de ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Não querendo ser chato e nem deixá-lo irritado, mas é que ninguém sabe o que está votando. Então, pelo menos ler o requerimento era importante, porque ninguém sabe o que está votando.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Tenho certeza absoluta que ninguém esqueceu a Sessão de ontem.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Três Deputados aprovam. Está **rejeitado** o requerimento.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Voto a favor, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Os 3 de Ponta Grossa.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Eu me abstive, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimento n° 3515, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. Rejeitado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, eu queria dizer o seguinte: o requerimento do Deputado Jocelito Canto é daqueles famosos requerimentos que têm os efeitos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, porque basta ler o volume de informações que são requeridas por S. Exa.: “Quantas viagens foram realizadas durante os anos de 2006 e 2007?” Ora, quantos servidores têm no Tribunal de Contas? São centenas de servidores que se deslocam por este Paraná, que têm feito um trabalho de fiscalização nas Prefeituras, nós sabemos aqui o trabalho do Tribunal de Contas. “Qual o destino, em quais hotéis ficaram hospedados?” E vai por aí à frente.

Então, quero dizer o seguinte: e com base no quê? Com base nas informações divulgadas pelo Jornal Gazeta do Povo. Então, penso que se o Parlamentar tivesse alguma questão que pudesse fundamentar e motivar um pedido de informação sobre algum tipo de desvio de conduta em relação a questão das viagens, de deslocamento de servidores, penso que daí motivaria um pedido de informação de forma tão genérica e ampla assim.

Quero crer que esta Casa, até para que possamos respeitar os institutos que temos, do ponto de vista do que

temos de mais valor, ou seja, fazer repeitar o pedido de informações que esta Casa aprova pelo seu Plenário, quero encaminhar contrariamente à aprovação do presente requerimento, solicitando ao nobre autor ou que retire esse requerimento, solicitando ao nobre autor ou que retire esse requerimento, ou que reformule de forma muito pontual aquilo que ele deseja saber especificamente, porque no mais, obviamente, me parece que é despropositado esse requerimento.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

O Ministério Público, Srs. Deputados, Deputado Romanelli, quando sai uma notícia no jornal, os jovens Promotores imediatamente abrem um procedimento para investigar qualquer Prefeito do estado do Paraná quando há uma notícia vinculada pela imprensa. E eles abrem o procedimento dizendo o seguinte: “Baseado em denúncia, ou notícia vinculada pelo jornal tal e tal, abro procedimento para investigar se é verdadeira ou não aquela notícia vinculada pela imprensa”. Deputado Romanelli, sei que o estado precisa aprovar aquelas contas “mandraque” de 2006 agora, aquelas famosas contas com 33 ressalvas, e tem que ficar de bem com o Tribunal de Contas.

Acho que V. Exa. faz uma política correta, é dando que se recebe, é perdendo que se é perdoado. Então, o requerimento que eu estou pedindo é só de informações sobre o que publicou outro dia o jornal Gazeta do Paraná, um jornal independente do Paraná, e o jornal diz que os membros do Tribunal viajavam e levavam o dinheiro antes. Se um Prefeito, Deputada Beti, fizer isso na Prefeitura, vai para a cadeia! Se algum Prefeito fizer isso, Deputado Dobrandino, vai direto para a cadeia! E aliás, queria sugerir ao Presidente da AMP do Paraná, o Prefeito de Castro, Moacir Fadel, queria sugerir a ele que a partir de hoje a defesa dos Prefeitos fossem essas contas do Tribunal de Contas do Paraná, defesa automática, direito adquirido. Quando um Tribunal cobrar algum Prefeito de algum procedimento, só apresenta a cópia daquela resposta do Tribunal de Contas. É só isso, não precisa mais nada.

Então, só lamento que o Deputado Romanelli, estimado amigo Romanelli, eu sei que V. Exa. quer aprovar as suas contas, inclusive da COHAPAR, e sei que V. Exa. cuidou muito bem da COHAPAR. Têm umas coisinhas lá, pequenininhas, mas é normal no meio de tantas coisas.

O Deputado Marcelo Rangel levantou outro dia aqui, que V. Exa. pagou um jantar para 1.000 pessoas e a empresa que fez a comida recebeu 20% de comissão sobre a agência. Nunca vi isso! Isso é uma pérola para ser publicado!

Agora, se fosse o Prefeito, tadinho do Prefeito.

Esse requerimento é bom, mas se não aprovar, fiz a minha parte. O meu papel é apresentar, é escrever nos Anais desta Casa. É mostrar aquilo que tenho que fazer. Se eu perder, tive a coragem de apresentar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão.

Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Jocelito Canto permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder à verificação de votação.

Os Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se. Está **rejeitado** o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaria de deixar registrado o meu voto favorável ao requerimento do Deputado Jocelito Canto.

Muito obrigado!

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Gostaria também de deixar registrado o meu voto favorável ao requerimento do Deputado Jocelito Canto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

Requerimento nº 3532, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, é pedido de informação ou não?

Desculpe, eu perguntei porque...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. vai encaminhar, Deputado Romanelli?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Exa. desculpe, é que eu estava conversando com o nobre Líder da Oposição, Valdir Rossoni. Desculpe, Exa., mas só para saber o seguinte: eu fiz uma pergunta a V. Exa. só que não estou localizando...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É requerimento de envio de expediente ao Secretário dos Transportes.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Então, tem o nosso apoio, Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Deputados favoráveis ao requerimento do Deputado Jocelito Canto, por gentileza, permaneçam como estão. **Aprovado por unanimidade.**

Requerimento nº 3534, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Retirado pelo autor.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Atendendo uma ilustre consideração do Líder do Governo, meu amigo Deputado Romanelli, que me pediu para mudar só o nome de Governador para Secretária, eu mudei.

Este requerimento pede o seguinte: “quantos aparelhos celulares são utilizados pelo Governo do Estado? Houve processo licitatório para contratação da empresa operadora? Em caso negativo, qual foi o processo utilizado para essa escolha? Qual é a empresa operadora dos aparelhos celulares utilizados pelo Governo do Estado do Paraná? Há limites de gasto para cada celular? Qual é o limite? Qual é a forma utilizada para se chegar a esse limite? Quanto o Governo do Estado gastou com contas de celular no ano de 2006 e 2007 até o presente momento? Anexar cópia dos gastos.”

Srs. Deputados, tenho uma curiosidade: os aparelhos celulares são utilizados pelos Secretários e, hoje, como há essa briga entre as operadoras, tem operadora que vende mais barato que a outra e tenho curiosidade de saber se o estado licitou isso, porque segundo as informações que tenho, e é importante vir este requerimento, é que quem já tem linhas telefônicas antigas, tipo Brasil Telecom, as fixas, as de linha, pode prosseguir com a que está; agora, quem contratou novo tipo de aparelhos celulares, tem por obrigação licitar.

Então, tenho a curiosidade de saber quanto que o governo gasta e se tem licitação, até para evitar aqueles papos furados que ouvi outro dia: “Não, mas a operadora tal, na campanha, emprestou aparelho de telefone!” Eu não acredito que aconteceu isso. Não acredito que alguma operadora tenha cedido aparelhos na campanha. Não acredito!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Teve inclusive uma pessoa conhecida de V. Exa.!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

De mim não! Pode ter certeza que não! Eu não tenho ligação nenhuma com as telecomunicações! Ah, bom, aqui no plenário pode ser!

Mas, enfim, Sr. Presidente, para encerrar, eu fiz a lição de casa, Deputado Romanelli, tirei o pai e coloquei a filha e, agora, só depende da sua aprovação e aí estará aprovado o requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

O Deputado Jocelito fez exatamente aquilo que eu solicitei, apenas com uma questão que quero fazer a ressalva e queria que ele riscasse. V. Exas. prestaram atenção no que falei, ontem. Quando ele disse, aqui no último item: “anexar cópia dos gastos”, eu falei: é uma gaveta com 25 toneladas de papel. Então, queria que ele supri-

misse. Que viessem as informações e que suprimisse esse último item. Imagine juntar todas as contas telefônicas de 2 anos de telefones celulares! Reconheçamos, aqui, que é um grande exagero. Então, o que eu pedi a ele foi que fosse suprimida a anexação da cópia das contas telefônicas. Foi isso que eu solicitei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Romanelli, apenas para colaborar com V. Exas., creio que o requerimento pode, efetivamente, ser aprovado e a eminente Secretária Dra. Maria Marta, ao receber o requerimento, sem dúvida nenhuma, vai deixar muito clara a impossibilidade de fornecer tais documentos, por ser algo impraticável.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Ela coloca o total geral.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Responde do jeito que quer. Se. V. Exa. achar, volto amanhã com esse requerimento. Prefere?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Só quero que V. Exa. retire a expressão anexar cópia.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não tem como retirar. O requerimento está na Mesa. Manda o geral depois. Só quero saber o quanto gastou. Sr. Presidente, retiro o requerimento e vou mais uma vez atender o nosso eminente Líder. Amanhã refaço colocando só os valores gerais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está retirado o requerimento.

Requerimento nº 3535, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. À Comissão Executiva.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Esse requerimento trata de um tema que tenho muita preocupação, para não ser incoerente, porque ele faz uma solicitação sobre um tema específico, que envolve provavelmente um contribuinte. Aqui fala em auto de infração, numera, fala em Receita Estadual e nomina a pessoa. Penso que não podemos utilizar um instituto do pedido de informação para requerer informações tão fulanizadas. É um risco muito grande. Não quero polemizar com o Deputado Jocelito de uma forma a criar um antagonismo. Penso que é muito preocupante tratar desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa Executiva acata a questão de ordem de V. Exa. e dará o encaminhamento devido a esse requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Até porque está coberto pelo sigilo fiscal, Exa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, explicar que o Deputado Romanelli entendeu mal esse requerimento. Há um pedido do Ministério Público de Ipiranga, para uma questão que envolve notas falsas. Eu queria saber qual o procedimento que tomou a Receita Estadual, no sentido de saber o que foi feito com as notas que foram recebidas como falsas.

Mas se o Presidente entende, assim encaminhamos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Requerimento nº 3536, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Tenho debatido aqui e não tenho recebido a ressonância devida nesse caso e nem da imprensa, que se cala quando se trata de um assunto tão importante, o tema cartórios no Paraná. Vou protocolar na segunda-feira, aqui, uma CPI. Não sei se vou conseguir as 18 assinaturas, mas vou avisar os companheiros, baseado nos documentos que tenho, protocolar a CPI dos Cartórios do Estado do Paraná. Sei que é um momento delicado e alguém tem que ter coragem de fazer isso. Estamos vivendo um momento difícil nos cartórios do Paraná. Temos nomeações irregulares e pessoas nomeadas sem condições. Esse é um caso que nunca ninguém levantou para discutir.

Como outro dia esta Casa derrubou um requerimento que eu queria colocar em destaque a questão do cartório de Ponta Grossa, não vejo outro caminho senão a de instalação de uma CPI, que regimentalmente esta Casa pode fazer. Acho que quem não deve, não teme. Essa questão dos cartórios está envolvendo, por exemplo, um cartório nomeado em 2 cartórios ao mesmo tempo, fora da comarca. Isso pelo procedimento legal não é correto. Há Irati que ocorre o contrário, recebi hoje uma informação, começo a receber informações de todo o Paraná, quando mexo nesse ponto. Protocolo hoje alguns pedidos para demais informações.

Como sei que o Deputado Romanelli é um incansável defensor também do Poder Judiciário, ele vai pedir encaminhamento para não votar. Vou na segunda-feira requerer, não sei também se vou conseguir as 18 assinaturas, mas pelo menos vou estar fazendo a minha parte. Acho que há atos irregulares, há coisas erradas e se não levantarmos esse tema, vamos passar por omissos. Temos que investigar essas questões dos cartórios. Há problemas seriíssimos, erros terríveis, e precisamos investigar.

Então, quero solicitar aos companheiros se puderem aprovar esse requerimento, aprovem. Se não, respeito a opinião de cada um. Apenas estou fazendo a

minha parte, estou escrevendo na história desta Casa a minha passagem. Aquilo que acho certo e aquilo que acho errado. E quanto às pessoas que tentam me intimidar, quero deixar registrado isso aqui nos Anais da Casa também, porque tenho ações no Tribunal de Justiça, alguns tentam me intimidar. Quero dizer que nenhum problema quanto a isso. As ações que tenho no Tribunal de Justiça, responderei por todas, até por algum erro que pelo entendimento de alguns membros do Ministério Público eu possa ter cometido. Como qualquer erro que eu possa ter cometido, estou disposto a assumir a responsabilidade. Mas, como Deputado, neste momento, não posso me calar quando recebo a informação de que há muitas coisas erradas nos cartórios, nomeações de parentes, de pessoas ligadas e muita coisa séria envolvendo os cartórios.

Na segunda-feira apresento a CPI e se conseguir as assinaturas acho que estaremos dando uma grande contribuição para a moralização dos cartórios do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão, vai se proceder à votação do requerimento do Deputado Jocelito Canto solicitando informações ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador José Antonio Vidal Coelho. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Novamente peço a atenção dos Srs. Deputados. Os Deputados que forem contra o requerimento, queiram levantar-se. Está derrubado o requerimento. **Rejeitado.**

Requerimento nº 3533, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3531, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3541, de autoria dos Deputados Plauto Miró e Ribas Carli Filho, com apoio do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3530, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3542, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Retirado pela autora.**

Requerimento nº 3545, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3529, de autoria do Deputado Ney Leprevost, com apoio dos Deputados Ademir

Traiano e Valdir Rossoni, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos n°s 3538 a 3540, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3544, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Antes de encerrar a Sessão, respondo a questão de ordem do Deputado Valdir Rossoni, dizendo e esclarecendo aos Srs. Deputados que esta presidência tem procurado de todas as maneiras agir com a maior independência, paciência, respeito e com a maior justiça com os nobres companheiros deste Presidente. Não podemos ser indelicados, como manda o Regimento Interno, de cancelarmos, cassarmos a palavra quando efetivamente se esgota o tempo. Temos tido a paciência desde que assumimos esta Mesa, em protelarmos um pouco, dentro do limite do equilíbrio. Claro que às vezes, um ou outro extrapola e procuramos evitar que isto aconteça. Se for do entendimento dos Srs. Deputados, como bem lembrou o Deputado Nereu Moura, nós podemos, a partir de encerrados os 10 ou 5 minutos, esteja falando quem estiver, e acabou, nós interrompemos.

Então, apenas por uma questão de elegância, é que tenho procurado agir desta maneira, mas se isto causa algum tipo de transtorno de que eu esteja beneficiando este ou aquele, agiremos de acordo com o Regimento Interno e acabou-se.

Quanto ao fato da faixa que aqui estava, ontem - que não era uma faixa e não permitimos nem nas galerias e em local algum qualquer tipo de faixa no plenário, tem sido uma decisão da Mesa Executiva, não temos permitido - permitimos não uma faixa, nem uma tabuleta, nem um placar, nem nada, apenas a exibição de um vídeo também contrariando aquilo que já decidimos, por se tratar de uma situação muito especial. Fui muito claro ontem ao Deputado Ney Leprevost. Eu disse: olha, essas cerimônias podem ocorrer apenas às quinta-feiras. Como era uma questão paranista, uma questão especialíssima onde o Diretor-Presidente da empresa aqui estava, até cedemos para que ele fizesse, e quando foi para passar ele ainda pediu: “Olha, não precisa passar.” Foi, como da mesma maneira no caso anterior, uma deliberação do próprio Presidente, numa questão que, sem dúvida nenhuma, não machucou nada nem ninguém nesta Casa.

Então, o que temos que procurar aqui é o equilíbrio e o bom senso. Agora, de maneira alguma pretendo, e se isso fiz, sem querer machucar ou magoar ninguém, ser mais justo com este lado ou com aquele.

Por isto respondo a questão de ordem do Deputado Valdir Rossoni que pode consultar não só os seus Pares, as notas taquigráficas, mas em especial a sua consciência, V. Exa. não ouviu quando chamamos a Liderança da Oposição.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, usei da palavra naquele momento para dizer que quem mais sofre ao fazer as concessões é exatamente V. Exa., porque o Deputado que aqui está é beneficiado por uma atitude de bondade do Presidente da Casa.

Para o Presidente é muito melhor usar o Regimento. Então, eu não quis, na verdade, naquele momento, criticar a decisão de V. Exa., apenas reforçar que para V. Exa. é muito melhor cumprir o Regimento do que fazer concessões, que aí não vai ter reclamações.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

É verdade. Agradeço e eu entendi perfeitamente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, V. Exa. respondeu a questão de ordem, eu me submeti a decisão de V. Exa. e teria que me submeter, até pelo respeito que tenho pela sua pessoa.

Mas quero discordar do seu posicionamento contra o painel. Quero dizer a V. Exa., pelo menos do meu ângulo, no meu ponto de vista, o painel, subscrito pelos Srs. Deputados, trata-se de um projeto que está tramitando nesta Casa. É apenas uma manifestação, não é nenhuma banalidade que colocamos aí. E aí, quero colocar, até para que esclareçamos isto aqui, porque senão vão achar que saímos aqui fazendo uma luta de boxe.

Sr. Presidente, a Sessão do dia do painel, dos Deputados que subscreveram, começou às 14h45. Se a Sessão tivesse iniciado às 14h30, o que causou tumulto foi porque a imprensa entrevistava V. Exa., a imprensa atravessou este corredor e ao ver aquele painel ali se criou o tumulto. V. Exa. iniciou a Sessão e por isso causou o desconforto, não foi o nosso painel que causou desconforto. Quero dizer a V. Exa. que se formos comparar o painel subscrito pelos Parlamentares e o painel da empresa, ontem, que mereceu o meu apoio, porque no Brasil o empresário para trabalhar tem que pedir por favor e eu falei isso, mas se colocarmos o banner da BS Colway e o nosso painel, acho que os dois estão errados, porque aquele ali é de interesse comercial, não é só social, e aquele ali é de interesse do povo paranaense, aquele que não compra pneu e também aquele que compra pneu. Então há uma discordância nesse ponto de vista, mas pelo respeito que sempre mantivemos, retirei.

O equívoco que houve hoje, Sr. Presidente, e eu quero me fazer compreender aqui e aqui tem Parlamentares que têm bom senso e até ficam atrás de mim porque me conhecem, eu cometo meus excessos, o que aconteceu foi o seguinte: quando o Deputado Romanelli dirigiu-se a tribuna, ele disse: “Sr. Presidente, quero fazer uso do horário do PMDB.” Eu compreendi - e aí me falta inteligência, e V. Exa. tem que compreender minha limitações - eu compreendi que ele certamente estava usando o horário da Liderança do PMDB e da Liderança do Governo. Por quê, Sr. Presidente, cheguei a essa conclusão? Porque o Presidente concedeu ao Deputado Romanelli os 10

minutos. Já tinha ultrapassado 5 minutos, o Deputado Osmar Bertoldi, que estava aqui no Plenário, foi lhe avisar, ele falou por mais alguns minutos, falou 18. Eu entendi que como ele usou o horário da Liderança do Governo eu vou usar o Horário da Liderança, até porque merecia um contraponto do que ele levantou, mas quando V. Exa. colocou que eu estava fora de ordem, eu me submeto.

No decorrer dessa semana ainda houve um outro equívoco, o Deputado Jocelito estava naquela tribuna e eu me calei. Não é permitido Deputados, Parlamentares que não pertencem a um determinado partido usar o Horário da Liderança desse partido. O Deputado Jocelito esta semana estava fazendo uso da tribuna, o Deputado Romanelli veio nesse microfone e autorizou o Deputado Jocelito usar o horário da Liderança do PMDB. Então, essas coisas...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Do Governo. Do PMDB ele não pode usar.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não pode, por isso estou colocando. Então, por essa razão, e compreendo V. Exa., me submeti à decisão de V. Exa. mas há uma discordância frontal quanto a questão do painel e por isso estou respeitando a sua decisão, está no corredor. Acho que V. Exa. tem que continuar mantendo a mesma postura, dando alguns minutos para que o Deputado encerre seu pronunciamento, porque imagine, V. Exa. vai honrar o compromisso que tem com esta Casa, nós estaremos com a transmissão ao vivo na televisão e aí o Deputado é cortado no meio da sua fala porque terminaram os 10 minutos. Para a opinião pública vai ficar uma impressão muito ruim desta Casa e o objetivo de V. Exa. é melhorar a imagem desta Casa.

Quero dizer que nossas discordâncias são saudáveis, porque elas geram debates, criam conflitos, fazem com que as pessoas obedeçam ao Regimento, faz com que respeitemos o Regimento. Quero dizer a V. Exa.: continuo com o mesmo posicionamento da tribuna, mas

sempre lutando pela causa que V. Exa. mantém a esse respeito e que tem merecido da minha pessoa e dos Deputados que estão nesta Casa.

Obrigado, cumprimento V. Exa. e a luta continua.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, apenas para registrar a presença dos agricultores representantes dos municípios da Lapa, Porto Amazonas e outros municípios que estão sendo prejudicados pelas bombas usadas para dispersar o grão. Acabamos de aprovar um requerimento num entendimento com a Liderança do Governo, na certeza de termos respostas satisfatórias por parte da Secretaria do Meio Ambiente e do IAP, para que nossos agricultores dessa microrregião não sejam penalizados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado. Sejam bem-vindos e oxalá tenham apreciado a nossa Sessão de hoje.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 334, 608 e 697/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 656/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 518, 566 e 616/07.

Levanta-se a Sessão.

